

©Copyright, 2006. Todos os direitos são reservados. Será permitida a reprodução integral ou parcial dos artigos, ocasião em que deverá ser observada a obrigatoriedade de indicação da propriedade dos seus direitos autorais pela INTERFACEHS, com a citação completa da fonte.

Em caso de dúvidas, consulte a secretaria: [interfacehs@interfacehs.com.br](mailto:interfacehs@interfacehs.com.br)

## **NEOLIBERALISMO COMO DESTRUÇÃO CRIATIVA \***

David Harvey

The Graduate Center – The City University of New York

### **RESUMO**

O neoliberalismo atingiu o mundo como uma violenta maré de reformas institucionais e ajustamento discursivo, impondo muita destruição, não somente para as estruturas e poderes institucionais existentes, mas também para a estrutura da força de trabalho, relações sociais, políticas de bem-estar social, arranjos tecnológicos, modos de vida, pertencimento à terra, hábitos afetivos, modos de pensar e outros mais. Para voltar a retórica neoliberal contra si mesma, deveríamos nos perguntar: a que interesses particulares serve o Estado quando adota uma postura neoliberal e de que modo esses interesses particulares utilizaram-se do neoliberalismo para beneficiar a si próprios, em vez de beneficiar a todos, como se proclama? O neoliberalismo gerou um leque de movimentos de oposição. Quanto mais claramente os movimentos oposicionistas reconheçam que o seu objetivo central deve ser enfrentar o poder de classe que foi tão efetivamente restaurado sob o neoliberalismo, tanto maior será a coesão entre eles.

**Palavras-chave:** neoliberalismo; destruição criativa; poder de classe; acumulação por expropriação; privatização; financialização; redistribuição; alternativas democráticas.

O neoliberalismo é, em primeira instância, uma teoria sobre práticas de política econômica que afirma que o bem-estar humano pode ser mais bem promovido por meio da maximização das liberdades empresariais dentro de um quadro institucional caracterizado por direitos de propriedade privada, liberdade individual, mercados livres e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar um quadro institucional apropriado a tais práticas. Por exemplo, o Estado deve preocupar-se com a qualidade e a integridade da moeda. Ele também deve estruturar aquelas funções militares, de defesa, policiais e jurídicas necessárias para garantir os direitos de propriedade privada, e para apoiar o funcionamento livre dos mercados. Ademais, se não há mercados (em áreas como educação, saúde, previdência social ou poluição ambiental) eles devem ser criados pelo Estado, se necessário; mas o Estado não deve se aventurar para além dessas fronteiras. As intervenções do Estado no mercado (desde que ocorram) devem ser mantidas em um nível mínimo, pois ele não deve deter informações suficientes para antecipar os sinais do mercado (preços), e também porque os interesses poderosos inevitavelmente irão distorcer e influenciar as intervenções estatais (particularmente em democracias) em seu próprio benefício.

As práticas atuais do neoliberalismo freqüentemente diferem desse modelo, por uma série de razões. Contudo, desde a década de 1970, houve em todo o mundo uma mudança enfática nas práticas político-econômicas e no pensamento, ostensivamente liderada pelas revoluções Thatcher/Reagan na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. Um após outro, dos Estados modernos que emergiram do colapso da União Soviética até as democracias sociais tradicionais e os Estados de bem-estar social como a Nova Zelândia e a Suécia, todos abraçaram, às vezes voluntariamente, às vezes em resposta a pressões coercitivas, alguma versão da teoria neoliberal, ajustando correspondentemente algumas das suas políticas e práticas. A África do Sul do pós-apartheid rapidamente abraçou o modelo liberal, e mesmo a China parece estar caminhando nessa direção. Além disso, os defensores do caminho neoliberal ocupam agora posições de considerável influência na educação (universidades e muitos *think-tanks*), na mídia, nos conselhos empresariais e em instituições financeiras (órgãos do Tesouro, bancos centrais) e também nessas instituições internacionais como o FMI e a OMC, que regulam as finanças e o comércio global. Em suma, o neoliberalismo se tornou hegemônico como tipo de discurso, disseminando-se pelos modos de pensar e pelas práticas político-econômicas a ponto de se incorporar ao senso comum com o qual interpretamos, vivemos e compreendemos o mundo.

O neoliberalismo efetivamente atingiu o mundo como uma poderosa vaga de reforma institucional e ajustamento discursivo, e, embora seja grande a evidência de seu desenvolvimento geograficamente desigual, nenhum lugar pode proclamar-se plenamente imune a ele (salvo alguns países como a Coréia do Norte). Além disso, as regras instituídas pela OMC (regulando o comércio mundial) e pelo FMI (regulando as finanças internacionais) estabeleceram o neoliberalismo como padrão de regulação global. Todos os países que aderem à OMC ou ao FMI (e quem pode se dar ao luxo de ficar de fora?) concordam em se submeter a essas regras (embora com um ‘período de graça’, para permitir um ajustamento suave) ou a serem severamente castigados.

A criação desse sistema neoliberal implicou obviamente muita destruição, não somente para as estruturas e poderes institucionais (como a suposta existência prévia de uma soberania estatal sobre os assuntos político-econômicos), mas também sobre a relações estruturais da força de trabalho, relações sociais, políticas de bem-estar social, arranjos tecnológicos, modos de vida, pertencimento à terra, hábitos afetivos, modos de pensar e outros mais. Torna-se necessária uma avaliação dos aspectos positivos e negativos dessa revolução neoliberal. Vou alinhavar alguns argumentos preliminares que permitam entender e também avaliar essa transformação no modo global com que o capitalismo está funcionando. Isso requer chegar a um acordo sobre as forças subjacentes, interesses e agentes que impulsionaram a revolução neoliberal de forma tão inexorável. Para voltar a retórica neoliberal contra si mesma, deveríamos nos perguntar: a que interesses particulares serve o Estado quando adota uma posição neoliberal, e de que modo esses interesses particulares utilizaram-se do neoliberalismo para beneficiar a si próprios, em vez de beneficiar a todos, em todas as partes, como se proclama?

## A ‘NATURALIZAÇÃO’ DO NEOLIBERALISMO

Para que um sistema de pensamento se torne hegemônico, é necessário que a enunciação de conceitos fundamentais esteja tão profundamente enraizada no senso comum a ponto de ser tomada como certa e fora de todo questionamento. Mas não são quaisquer velhos conceitos que são suficientes para tal. É necessário construir um aparato conceitual que se mostre quase ‘natural’ para nossas intuições e instintos, para nossos valores e desejos, bem como para as possibilidades que pareçam estar inseridas no mundo social que habitamos. Os personagens fundadores do pensamento neoliberal

consideraram os ideais políticos dos direitos individuais e da liberdade como sacrossantos, como ‘valores centrais da civilização’ e, ao fazê-lo, eles escolheram bem e sabiamente, pois enquanto conceitos, têm uma enorme força de atração. Eles argumentavam que tais valores estariam ameaçados não somente pelo fascismo, pelas ditaduras e pelo comunismo, mas por todas as formas de intervenção estatal que substituíram pelo julgamento coletivo a liberdade de escolha dos indivíduos. Concluíram que sem “o poder difuso e a iniciativa associada (com a propriedade privada e o mercado competitivo) seria difícil imaginar uma sociedade na qual a liberdade pudesse ser efetivamente preservada”.<sup>1</sup>

Deixando de lado a questão sobre se a segunda parte do argumento necessariamente decorre da primeira, não há dúvida de que os conceitos de liberdades individuais são bastante poderosos, estendendo-se até mesmo por áreas mais vastas do que aquelas nas quais a tradição liberal teve uma forte presença histórica. Tais ideais alimentaram os movimentos dissidentes na Europa Oriental e na União Soviética, antes do fim da Guerra Fria, bem como os estudantes da Praça da Paz Celestial. O movimento estudantil que varreu o mundo em 1968 – de Paris e Chicago até Bangkok e a Cidade do México – foi em parte animado pela busca de uma maior liberdade de discurso e de escolha individual. Esses ideais já provaram repetidas vezes constituírem poderosas forças históricas de mudança.

Não é surpreendente, portanto, que a cada momento nos vejamos rodeados pela retórica dos apelos aos direitos e à liberdade, e que eles povoem todos os gêneros de manifestos políticos contemporâneos. Isto é particularmente verdadeiro para os Estados Unidos dos últimos tempos. No primeiro aniversário daquilo que veio a ser chamado de “11 de setembro”, por exemplo, o presidente Bush escreveu um artigo para o *New York Times*, com idéias extraídas de um documento sobre a estratégia de defesa nacional dos Estados Unidos, aparecido pouco tempo depois. “Um mundo pacífico de liberdade crescente”, ele escreveu (enquanto os Estados Unidos ultimavam os preparativos para a guerra do Iraque), serve aos interesses norte-americanos de longo prazo, reflete os nossos ideais e une os aliados dos Estados Unidos”. “A humanidade”, conclui Bush, “tem em suas mãos a oportunidade de conceder o triunfo da liberdade a todos os seus adversários de longa data” e “os Estados Unidos assumem com prazer sua responsabilidade em liderar essa grande missão”. Mais enfaticamente ainda, ele proclamou também que “a liberdade é o presente de Deus-Todo-Poderoso para todos os homens e mulheres do mundo”, e, “como a maior potência do mundo, (os Estados

Unidos) têm a obrigação de auxiliar em sua propagação".<sup>2</sup>

Quando todas as outras razões para envolver-se em uma guerra preventiva contra o Iraque mostraram-se falaciosas, ou pelo menos insatisfatórias, a administração Bush começou a recorrer cada vez mais freqüentemente à idéia de que a liberdade oferecida ao Iraque valia por si mesma como justificativa para a guerra. Mas qual é o tipo de 'liberdade' que se imagina aqui? Afinal, como já havia observado muito tempo atrás o crítico cultural Mathew Arnold com grande acuidade, "a liberdade é um excelente cavalo para se andar, contanto que seja para ir até algum lugar" (citado em WILLIAMS, 1958, p.118). Para onde se esperava que o povo iraquiano conduzisse aquele cavalo doado de modo tão altruísta por meio da força das armas?

A resposta dos Estados Unidos deu-se a conhecer no dia 19 de setembro de 2003, quando Paul Bremer, chefe da Autoridade Provisória da Coalizão, promulgou quatro diretivas que incluíam "a privatização completa das empresas estatais, a remessa integral de lucros estrangeiros ... a abertura dos bancos do Iraque ao controle estrangeiro, aplicação de regras nacionais para empresas estrangeiras e ... eliminação de quase todas as barreiras" (JUHASZ, 2004). As ordens deveriam ser aplicadas a todas as áreas da economia, incluindo os serviços públicos, mídia, indústria, serviços, transportes, finanças e construção civil. Só o petróleo estava isento. Por pressão dos conservadores, também se instituiu um sistema de impostos regressivos chamado de imposto global. Proibiram-se as greves e foram postos fora da lei os sindicatos em setores chaves da economia. Um membro iraquiano da Autoridade Provisória da Coalizão protestou contra a imposição forçada do "fundamentalismo de livre mercado", descrevendo-o como uma "lógica defeituosa que ignora a história" (CRAMPTON, 2003, p.C5). Contudo, não se concedeu ao governo iraquiano interino, formado no fim de junho de 2004, nenhum poder para modificar ou escrever leis: ele podia apenas sancionar os decretos já promulgados.

O que os Estados Unidos buscaram implantar no Iraque foi, claramente, um completo aparato de Estado neoliberal, cuja missão fundamental era e é facilitar as condições para a lucrativa acumulação de capital para todos os envolvidos, iraquianos e estrangeiros. Em suma, esperava-se que os iraquianos conduzissem seu 'cavalo da liberdade' diretamente para o curral do neoliberalismo. De acordo com a teoria neoliberal, os decretos de Bremer instituíam as condições necessárias e suficientes para a criação da riqueza e, portanto, para a melhora do bem-estar social do povo iraquiano. Essas seriam o estabelecimento de adequadas regras legais, liberdade individual e governança democrática. A insurreição que se seguiu pode ser interpretada, em parte, como

resistência iraquiana a ser levada a abraçar o fundamentalismo de livre mercado contra sua própria vontade livre.

Mas seria útil recordar que o primeiro grande experimento com a formação de um estado liberal foi o Chile posterior ao golpe de Estado de Pinochet, quase 30 anos antes do dia em que foram publicados os decretos de Bremer, o 'pequeno 11 de setembro' de 1973. O golpe contra o governo democraticamente eleito de Salvador Allende, governo social-democrata de esquerda, foi fortemente auxiliado pela CIA e apoiado pelo secretário de Estado Henry Kissinger. Esse golpe reprimiu violentamente todos os movimentos sociais e organizações políticas de esquerda, desmantelando todas as formas de organização popular (como os centros de saúde comunitários nos bairros mais pobres). O mercado de trabalho foi 'liberado' de constrangimentos regulatórios e institucionais (por exemplo, o poder dos sindicatos). Contudo, em 1973, as políticas de substituição de importações que anteriormente haviam dominado as tentativas latino-americanas de regeneração (no que o Brasil foi até certo ponto bem-sucedido no período pós-golpe de 1964) haviam caído em desgraça. Com a economia mundial mergulhada em uma séria recessão, obviamente se queria algo novo. Um grupo de economistas chamado de "Chicago boys" em virtude de sua simpatia pelas teorias neoliberais de Milton Friedman, na época lecionando na Universidade de Chicago, foi chamado para ajudar a reconstruir a economia chilena. Eles o fizeram seguindo a lógica do livre mercado, privatizando os ativos públicos, liberando os recursos naturais para a exploração privada e facilitando o investimento estrangeiro direto e o livre comércio. Garantiu-se o direito das companhias estrangeiras em repatriar os seus lucros nas operações chilenas. Favoreceu-se o crescimento voltado para a exportação, em vez da substituição de importações. O subsequente revigoramento da economia chilena em termos de taxas de crescimento, acumulação de capital e altas taxas de retorno dos investimentos estrangeiros produziu as evidências a partir das quais se modelaram as políticas mais abertamente neoliberais na Inglaterra (sob Thatcher) e nos Estados Unidos (sob Reagan), em um segundo momento. Não foi a primeira vez em que um experimento brutal de destruição criativa, levado a cabo na periferia, tornou-se modelo para a formulação de políticas no centro (VALDEZ, 1995).

O fato de que tenham ocorrido duas reestruturações similares do aparato de Estado em momentos tão distintos e em partes tão distintas do mundo sob a influência coercitiva dos Estados Unidos pode nos levar a certas suposições. Isso sugere que o braço forte do poder imperial norte-americano estivesse por trás da rápida proliferação de

formas de Estado neoliberais por todo o mundo, desde meados da década de 1970. Embora possamos encontrar fortes evidências dessa coerção ao longo dos últimos 30 anos, ela não é suficiente para explicar toda a questão. Afinal de contas, não foi a pressão norte-americana que levou Margaret Thatcher a assumir a orientação liberal em 1979, e durante os primeiros anos da década de 80 Thatcher foi uma defensora muito mais consistente do neoliberalismo do que o próprio Reagan conseguiu ser. Tampouco foram os Estados Unidos quem forçou a China em 1978 a trilhar um caminho de liberalização, que foi aos poucos tornando possível a ela abraçar o neoliberalismo. Também seria difícil atribuir ao braço imperial dos Estados Unidos o movimento em direção ao neoliberalismo na Índia e na Suécia, em 1992. O desenvolvimento geográfico desigual do neoliberalismo no cenário mundial foi, evidentemente, um processo muito complexo, implicando múltiplas determinações e não pouco caos e confusão. Assim, por que ocorreu a vaga neoliberal e quais foram as forças que a impulsionaram, a ponto de se tornar um sistema tão hegemônico no capitalismo global?

## **POR QUE A VAGA NEOLIBERAL?**

Ao fim dos anos 60, o capitalismo global mergulhava em desordem. Uma séria recessão ocorreu no início de 1973, a primeira desde a grande quebra dos anos 30. O embargo de petróleo e o salto nos preços de petróleo que ocorreram no fim desse ano, no rastro da guerra árabe-israelita, exacerbaram os problemas já bastante sérios. Tornou-se claro que não mais estava funcionando o ‘capitalismo enraizado’ do pós-guerra, com a sua forte ênfase em uma incômoda união entre capital e trabalho, avalizada por Estados intervencionistas que davam grande atenção ao social (ou seja, ao Estado de bem-estar social), bem como aos salários individuais. O sistema de Bretton Woods, montado para regular o comércio e as finanças internacionais, foi finalmente abandonado a favor do câmbio flutuante, em 1973. Aquele sistema tinha rendido altas taxas de crescimento nos países capitalistas avançados e gerado alguns benefícios secundários (mais certamente para o Japão, mas também atingindo desigualmente a América Latina e alguns países do Sudeste da Ásia) durante a ‘era de ouro’ do capitalismo, nos anos 50 e início dos anos 60. Mas agora ele se achava exaurido e tornava-se necessário encontrar alternativas para reiniciar o processo de acumulação do capital (ARMSTRONG et al., 1991). Quaisquer reformas que fossem empreendidas obviamente deveriam visar ao restabelecimento das

condições adequadas para a recuperação da acumulação capitalista. Seria muito complicado discutir aqui por que foi o neoliberalismo quem surgiu como a única resposta vitoriosa para o problema. Retrospectivamente, parece que essa resposta tenha sido inevitável e óbvia, mas à época, parece-me correto dizer que ninguém realmente sabia ou teria como compreender, com alguma segurança, qual seria a resposta que poderia dar certo e por quê. O mundo caminhou a passos trôpegos em direção à resposta neoliberal por meio de uma série de revoluções e movimentos caóticos, que somente convergiram para o neoliberalismo com a nova ortodoxia, com a construção do chamado “Consenso de Washington”, nos anos 90. O desenvolvimento geograficamente desigual do neoliberalismo, sua aplicação freqüentemente parcial e assimétrica entre diferentes países e formações sociais, testemunha o caráter experimental das soluções neoliberais e explica os caminhos intrincados por meio dos quais as forças políticas, as tradições históricas e os arranjos institucionais existentes acabaram por definir como e por que o processo de neoliberalização acontecerá efetivamente.

Há, no entanto, um elemento que merece atenção especial, durante essa transição. A crise da acumulação de capital nos anos 70 afetou a todos por meio da combinação entre desemprego crescente e inflação acelerada. O descontentamento era geral e a conjunção de movimentos sociais urbanos e da população trabalhadora em parte do mundo desenvolvido parecia apontar em direção à emergência de uma alternativa socialista para a acomodação social entre o capital e o trabalho, que constituíra o fundamento da tão bem sucedida acumulação de capital no período de pós-guerra. Os partidos comunistas e socialistas estavam ganhando terreno em muitas partes da Europa, e mesmo nos Estados Unidos as forças populares mobilizavam-se por amplas reformas e intervenções do Estado, num espectro que ia desde a proteção ambiental até a segurança e a saúde ocupacional e à proteção do consumidor contra os malfeitos corporativos.

Havia aí uma clara ameaça *política* para as classes dominantes em todo o mundo, tanto dos países capitalistas desenvolvidos (como a Itália e a França), como em muitos países em desenvolvimento (como o México e a Argentina), mas, sobretudo, era palpável naquele momento a ameaça *econômica* à posição das classes dominantes. Uma das condições do acordo do pós-guerra em quase todos os países era a de que se restringisse o poder econômico das classes superiores e que se concedesse ao trabalho uma fatia muito maior do bolo econômico. Nos Estados Unidos, por exemplo, a parte da renda nacional absorvida pelos 1 por cento mais ricos caiu de um nível de 16 por cento na

pré-guerra para menos de 8 por cento no fim da Segunda Guerra Mundial e permaneceu em torno disso por cerca de três décadas. Enquanto o crescimento era vigoroso, aquela limitação não constituía um problema, mas quando a economia entrou em colapso, quando as taxas reais de juros se tornaram negativas e apenas eram possíveis dividendos e juros desprezíveis, a classe dirigente se sentiu profundamente ameaçada do ponto de vista econômico. Quando querem proteger o seu poder contra a aniquilação política e econômica, as classes dirigentes precisam agir de forma enérgica.

O golpe do Chile e a tomada do poder pelos militares na Argentina, ambos fomentados e conduzidos internamente por suas elites dirigentes com o apoio dos Estados Unidos, forneceram um tipo de solução, mas o experimento chileno com o neoliberalismo demonstrou que os benefícios da revigorada acumulação de capital eram altamente desiguais. O país e suas elites dirigentes, justamente com os investidores estrangeiros, deram-se bastante bem, enquanto o povo em geral passou bastante mal. Esse foi um efeito das políticas neoliberais, suficientemente persistente ao longo do tempo para ser considerado como estrutural para o conjunto do projeto. Dumenil e Levy chegam ao ponto de argumentar que o neoliberalismo teria sido desde o começo um projeto visando restaurar o poder de classe dos estratos mais ricos da população. Eles mostraram como a partir de meados dos anos 80, a parte auferida pelos 1 por cento mais ricos elevou-se subitamente até 15 por cento no fim do século. Outros dados mostram que os 0,1 por cento mais ricos aumentaram sua participação na renda nacional de 2 por cento em 1978 até mais de 6 por cento em 1999. Outras estatísticas mostram que a relação entre os rendimentos médios de trabalhadores e aqueles de altos executivos de empresas aumentou de cerca de pouco mais de 1 para 30 em 1970, para mais de 1 para 400, em 2000. É quase certo que, como efeito dos cortes de impostos da administração Bush, a concentração de renda e riqueza nos altos estratos da sociedade continue seguindo em frente (DUMENIL & LEVY, 2004, p.4; ver também TASK FORCE, 2004, p.3), e os Estados Unidos não estão sozinhos nisso: os 1 por cento mais ricos da Inglaterra dobraram a sua parte na renda nacional de 6,5 para 13 por cento nos últimos 20 anos, e quando olhamos mais longe vemos a extraordinária concentração de riqueza e poder ocorrida no interior da reduzida oligarquia russa, depois que a 'terapia de choque' neoliberal foi administrada no país, e um notável crescimento na distribuição desigual de renda e riqueza na China, à medida que ela veio adotando práticas mais neoliberais. Embora essa tendência apresente exceções (vários países do leste e do sudeste da Ásia conseguiram conter as desigualdades de renda dentro de limites modestos, como

também a França ou os países escandinavos), há fortes evidências de que a vaga neoliberal esteja associada de certa maneira, e em algum grau, com o projeto de restaurar ou reconstruir o poder das classes altas.

Portanto, poderíamos analisar a história do neoliberalismo não só como um projeto utópico fornecendo um modelo teórico para a reorganização do capitalismo internacional, mas também como um projeto político visando tanto restabelecer as condições para a acumulação de capital como restaurar o poder de classe. Na continuação deste artigo, irei defender a tese de que o último desses objetivos predominou. O neoliberalismo não se mostrou bom para revitalizar a acumulação de capital global, mas foi muito bem sucedido em restaurar o poder de classe. Conseqüentemente, a utopia teórica do discurso neoliberal funcionou mais como sistema de justificação e legitimação para tudo o que fosse necessário no sentido de restaurar o poder de classe. Os princípios do neoliberalismo são abandonados rapidamente, sempre que entram em conflito com esse projeto de classe.

## RUMO À RESTAURAÇÃO DO PODER DE CLASSE

Se houve um movimento para restaurar o poder de classe dentro do capitalismo global, como isso foi feito e por quem? A resposta em países como o Chile e a Argentina foi tão simples quanto rápida, brutal e segura: um golpe militar apoiado pelas classes altas e a subseqüente repressão violenta de todas as solidariedades criadas dentro dos movimentos sociais urbanos e das classes trabalhadoras, que tanto haviam ameaçado o seu poder. Em toda parte, como na Inglaterra e no México de 1976, bastou uma leve aguilhada de um FMI ainda não inteiramente neoliberal para empurrar os países em direção à prática (considerada como um compromisso político) de cortes dos gastos sociais e do Estado de bem-estar social, de modo a restabelecer a austeridade fiscal. Mais tarde, na Inglaterra, em 1979, Margaret Thatcher faria um uso implacável do porrete neoliberal, embora nunca tenha conseguido vencer inteiramente a oposição dentro do seu próprio partido, nem tenha sido capaz de confrontar elementos centrais do Estado de bem-estar social, como o Serviço Nacional de Saúde. É interessante notar que foi somente em 2004 que o governo trabalhista ousou introduzir cobrança de taxas na educação superior. O processo de liberalização foi oscilante, geograficamente desigual e altamente influenciado pelo equilíbrio entre as classes e outras forças sociais alinhadas

ou contrárias às suas posições centrais dentro das formações específicas de Estado, e mesmo dentro de setores particulares (como a saúde e a educação) (YERGIN & STANISLAW, 1999).

Entretanto, é interessante observar mais particularmente como se desenrola o processo nos Estados Unidos, uma vez que este caso será decisivo para influenciar as transformações que ocorrerão posteriormente. Nesse exemplo, várias tramas de poder entrelaçaram-se para criar um rito de passagem muito especial, que culminou na conquista do controle do poder do Congresso pelo Partido Republicano em meados da década de 1990, consagrando o que era efetivamente um *Contract on America* inteiramente neoliberal, como um programa de ação doméstica. Mas antes de se chegar a esse ponto, muitos passos tiveram de ser dados, cada um deles apoiando-se e reforçando os anteriores.

De início, havia um sentimento crescente entre as classes altas por volta de 1970, de que o clima anti-negócios e antiimperialista, emergido ao fim dos anos 60, tinha ido longe demais. Em um famoso memorando, Lewis Powell (pouco antes de ser conduzido à Suprema Corte por Nixon) conclama a Câmara de Comércio Americana, em 1971, a deslanchar uma campanha *coletiva* para mostrar que o que fosse bom para os negócios, seria bom para a América. Logo depois se constituiu uma mesa redonda dos negócios, que embora informal, foi altamente influente e poderosa (ela ainda existe e exerce um importante papel estratégico na política do Partido Republicano). Proliferaram os comitês de ação política de corporações (legalizados com as leis financeiras de campanha pós Watergate, de 1974), e elas, julgando protegidas as suas atividades pela Primeira Emenda da Constituição norte-americana como uma forma de liberdade de expressão, de acordo com a decisão da Suprema Corte de 1976, começaram a sistemática captura do Partido Republicano como instrumento de classe exemplar do poder corporativo e financeiro *coletivo* (em vez de particular ou individual). Mas o Partido Republicano necessitava uma base popular. Isso se mostrou mais problemático, porém a incorporação dos líderes da direita cristã – retratados como a ‘maioria moral’ – à mesa-redonda de negócios forneceu a solução. Um largo segmento de uma classe trabalhadora desiludida, insegura e majoritariamente branca foi persuadido a votar sistematicamente contra seus próprios interesses materiais por motivos culturais (por serem antidemocráticos, contra negros, feministas e gays), nacionalistas e religiosos. Em meados dos anos 90, o Partido Republicano havia perdido quase todos os seus membros ‘liberais’ e se tornado uma máquina homogênea de direita, conectando os recursos financeiros do grande capital

empresarial com uma base popular oriunda da ‘maioria moral’, particularmente forte no sul dos Estados Unidos (EDSALL, 1984; COURT, 2003; FRANK, 2004).

O segundo elemento da transição dos Estados Unidos foi o problema da disciplina fiscal. A recessão de 1973-1975 havia reduzido a arrecadação fiscal como um todo, justamente no momento em que crescia a demanda por gastos sociais. Por toda parte os déficits públicos se tornam problemas cruciais. Algo tinha de ser feito com a crise fiscal do Estado. Era essencial a restauração da disciplina fiscal. Essa situação fortaleceu as instituições financeiras que controlavam as linhas de crédito para o Estado. Em 1975, elas se recusaram a rolar a dívida da cidade de Nova York e quase levaram a cidade à bancarrota. Um poderoso grupo de banqueiros reuniu-se com as autoridades públicas para disciplinar a cidade. Isso significou refrear as aspirações dos seus poderosos sindicatos municipais, promover demissões de funcionários públicos, congelamento de salários, cortes nos gastos sociais (educação, saúde pública, transporte) e cobrança de taxas para usuários de serviços públicos (a cobrança de gastos de instrução foi introduzida pela primeira vez na Columbia University). O socorro incluía a criação de novas instituições que tinham prioridade no recebimento da arrecadação da cidade, de modo a pagar a seus credores. O que sobrava ia para o orçamento municipal, para cobrir os serviços essenciais. A indignidade final foi exigir dos sindicatos municipais que investissem seus fundos de pensão em títulos da dívida pública municipal, garantindo assim que os sindicatos moderassem suas demandas, por medo de perder seus fundos de pensão em virtude de uma bancarrota da cidade.

Isso significou um golpe das instituições financeiras contra o governo democraticamente eleito de Nova York, e foi tão ou mais eficiente do que o golpe militar que havia ocorrido anteriormente no Chile. Grande parte da infra-estrutura social da cidade foi destruída e a infra-estrutura física (por exemplo, o sistema de trânsito) deteriorou-se significativamente por falta de investimento ou mesmo de manutenção. O gerenciamento da crise fiscal de Nova York abriu passagem para as práticas neoliberais domésticas sob Reagan e, internacionalmente, por meio do FMI, nos anos 80. O FMI estabeleceu o princípio de que na ocorrência de um conflito entre a integridade das instituições financeiras e possuidores de títulos de um lado, e o bem-estar dos cidadãos de outro, dava-se preferência aos primeiros. Ele assentou os fundamentos da idéia de que o papel do governo seria criar um bom clima dos negócios, em vez de tratar das necessidades e do bem-estar da população como um todo. A redistribuição fiscal de benefícios para as classes altas aconteceu em meio a uma crise fiscal geral.

É uma questão em aberto saber se todos os agentes envolvidos em formatar o acordo fiscal em Nova York entenderam-no à época como uma tática para restaurar o poder das classes altas. A necessidade de se manter a disciplina fiscal é em si mesma um assunto que merece grande atenção, mas que não necessitaria forçosamente levar à restauração do poder de classe. É pouco provável, portanto, que Felix Rohatyn, o principal banqueiro a conduzir as negociações entre a cidade, o Estado e as instituições financeiras, tivesse em mente a restauração do poder de classe, mas esse objetivo provavelmente esteve muito presente na cabeça dos banqueiros inversionistas. É quase certo que esse fosse o alvo do então secretário do Tesouro, William Simon, que tendo observado com aprovação o progresso dos acontecimentos no Chile, recusou-se a ajudar a cidade e declarou publicamente que desejava que a cidade de Nova York sofresse a ponto de nenhuma outra cidade jamais ousar novamente assumir encargos sociais como ela fizera (ALCALY & MERMELSTEIN, 1977; TABB, 1982).

O terceiro elemento da transição dos Estados Unidos implicou um assalto ideológico sobre a mídia e as instituições educacionais. *Think-tanks* independentes, financiados por indivíduos ricos e doadores empresariais proliferaram (a Heritage Foundation assumiu a liderança) para preparar o massacre discursivo visando persuadir o público a respeito do bom senso da proposta neoliberal. Um dilúvio de documentos e teses e um verdadeiro exército mercenário de soldados bem pagos, treinados para promover as idéias neoliberais e seus ideais, somados à aquisição de poder na mídia por parte das empresas, realmente modificaram o clima discursivo nos Estados Unidos em meados dos anos 80. O projeto de “tirar o governo das costas do povo” e de “encolher o governo até que pudesse ser afogado em uma banheira” era proclamado a alto e bom som. Os promotores desse novo credo encontraram uma audiência atenta naquela ala do movimento de 1968 cujo objetivo eram liberdades maiores frente ao poder do Estado e às manipulações do capital monopolista. O argumento libertário em favor do neoliberalismo mostrou-se uma poderosa força de mudança, e na medida em que o próprio capitalismo se reorganiza para abrir espaços para os esforços empresariais individuais e dirige seus esforços para satisfazer os inúmeros nichos de mercado (particularmente aqueles configurados pela liberação sexual) surgidos do crescente consumismo individualizado, foi possível fazer coincidir palavras com realizações.

A censura do empreendedorismo e do consumismo individualizado foi auxiliada pelo porrete esgrimido tanto pelo Estado quanto pelas instituições financeiras contra a outra ala do movimento de 68, que buscava justiça social por meio de esforços coletivos e

solidariedade social. Foram momentos cruciais da virada global em direção ao neoliberalismo a destruição do movimento dos controladores de vôo por Reagan, em 1980, e a derrota dos mineiros ingleses em 1984, por Margaret Thatcher. O assalto a todas as instituições como sindicatos e organizações de direitos sociais, que buscavam proteger e ampliar os direitos da classe trabalhadora, foi extenso e vigoroso. Além disso, caminhavam em paralelo os cortes selvagens nos gastos sociais e no Estado de bem-estar social, transferindo-se toda a responsabilidade pelo bem-estar para os indivíduos e suas famílias. Contudo, essas práticas não podiam restringir-se – e não se restringiram – aos limites nacionais. Depois de 1980, os Estados Unidos, agora firmemente comprometidos com a neoliberalização e apoiados claramente pela Inglaterra, trataram de exportar o neoliberalismo para o mundo inteiro, por meio de uma mescla de liderança, persuasão (os departamentos de Economia das universidades de pesquisa dos Estados Unidos desempenharam um papel central em treinar muitos dos economistas do mundo inteiro nos princípios neoliberais) e coerção. A purga de economistas keynesianos e sua substituição por monetaristas neoliberais no FMI, em 1982, transformaram essa instituição dominada pelos Estados Unidos em um agente primordial da neoliberalização por meio dos programas de ajuste estrutural nos países inspecionados (e houve muitos nos anos 80 e 90), que haviam solicitado a ajuda do Fundo para pagamento de débitos. O “Consenso de Washington”, forjado nos anos 90, e as regras de negociação, elaboradas em 1998 pela OMC, confirmam a virada global em direção a práticas neoliberais (STIGLITZ, 2002).

Mas essa dimensão internacional dependia também da reanimação e reconfiguração da tradição imperial dos Estados Unidos. Essa tradição, que chegou à América Central na década de 1920, buscava um tipo de imperialismo sem colônias. Repúblicas independentes podiam ser mantidas sob o domínio da influência dos Estados Unidos e agir efetivamente, no melhor dos casos, como prepostas dos interesses norte-americanos, ao se apoiar ‘homens fortes’ (por exemplo, Somoza na Nicarágua, o Xá da Pérsia no Irã e Pinochet no Chile) e uma claque de seguidores, com assistência militar e ajuda financeira. A subida ao poder desses líderes foi sempre auxiliada secretamente, mas por volta dos anos 70 foi ficando claro que algo mais se tornara necessário: a abertura de mercados, de novos espaços para investimento e de novas áreas onde os poderes financeiros pudessem operar com segurança exigia uma integração muito maior da economia global com uma arquitetura financeira bem definida. A criação de novas práticas institucionais, como aquelas estabelecidas pelo FMI e pela OMC, forneceu os

instrumentos adequados através dos quais o poder financeiro e mercantil pode ser exercido. Para que isso fosse possível, no entanto, era necessária a colaboração dos poderes capitalistas mais poderosos, e o G7 permitiu o alinhamento da Europa e do Japão com os Estados Unidos para modelar o sistema financeiro e comercial global de maneira a forçar a submissão de todos os demais países. 'Nações Bandidas', entendidas como aquelas que fracassaram em se conformar a essas regras globais, podiam ser tratadas por meio de sanções ou mesmo por força militar coercitiva, caso necessário. Desse modo, as estratégias imperialistas neoliberais eram articuladas através de uma rede global de relações de poder, sendo um dos seus resultados o de permitir que as classes altas dos Estados Unidos extorquissem tributos financeiros e controlassem as rendas do resto do mundo, aumentando assim o seu poder já tão avassalador (HARVEY, 2003).

## NEOLIBERALISMO COMO DESTRUÇÃO CRIATIVA

Em que sentido se pode dizer que a neoliberalização teria resolvido os problemas de uma acumulação de capital debilitada? É bastante pobre o seu recorde atual no estímulo ao crescimento econômico. As taxas de crescimento acumuladas durante os anos 60 alcançavam cerca de 3,5 por cento, e mesmo durante os difíceis anos 70 elas não desceram abaixo de 2,4 por cento. Mas as subseqüentes taxas mundiais de crescimento, de 1,4 e 1,1 por cento para os anos 80 e 90 (e taxas que mal alcançam 1 por cento, desde o ano 2000) indicam que o neoliberalismo fracassou redondamente em estimular o crescimento no âmbito mundial (WORLD COMMISSION, 2004). Mesmo se excluirmos daí os efeitos catastróficos do colapso da Rússia e de algumas economias da Europa Central na esteira do tratamento de terapia de choque neoliberal dos anos 90, a *performance* econômica global, do ponto de vista de uma restauração das condições para a acumulação de capital, foi fraca.

A despeito de toda a retórica relacionada ao saneamento de economias doentes, nem a Inglaterra, nem os Estados Unidos, por exemplo, atingiram altos níveis de *performance* econômica durante a década de 1980. Esses anos pertenceram de fato ao Japão, aos tigres do Sudeste Asiático e à Alemanha Ocidental, que foram os motores da economia global. O fato de que a economia desses países tenha sido tão bem sucedida, a despeito de ajustes institucionais totalmente distintos, torna difícil defender uma simples

mudança (para não falar de imposição) em direção ao neoliberalismo no cenário mundial como uma panacéia para todos os males. É incontestável que o Bundesbank da Alemanha Ocidental adotou uma linha monetarista rígida (consistente com o neoliberalismo) por mais de duas décadas, o que sugere não haver uma conexão necessária entre monetarismo enquanto tal e a busca da restauração do poder de classe. Na Alemanha Ocidental, os sindicatos permaneceram muito fortes e os níveis de salário se mantiveram relativamente altos, paralelamente à construção de um progressivo aparelho de Estado de bem-estar social. Uma das suas consequências foi estimular uma alta taxa de inovação tecnológica, e isso manteve a Alemanha Ocidental bem à frente no campo da competição internacional. O crescimento orientado para a exportação foi capaz de promover o país como líder mundial. No Japão, os sindicatos eram fracos ou inexistentes, mas o investimento estatal em mudanças tecnológicas e organizacionais e a íntima relação entre corporações e instituições financeiras (um arranjo que também se mostrou feliz na Alemanha Ocidental) gerou uma espantosa *performance* de crescimento orientado para a exportação, em grande parte às expensas de outras economias capitalistas como as da Inglaterra e dos Estados Unidos. Tais casos de crescimento, como os dos anos 80 (e a taxa acumulada de crescimento no mundo estava mais baixa do que nos difíceis anos 70), não dependeram, portanto, da neoliberalização. Por isso, muitos Estados europeus resistiram às reformas neoliberais e progressivamente encontraram formas de preservar muito da sua herança democrática social, enquanto caminhavam em direção ao modelo da Alemanha Ocidental, em alguns casos, com bastante sucesso. Na Ásia, o modelo japonês implementado por regimes de governo autoritários na Coréia do Sul, em Taiwan e Cingapura, mostrou-se viável e consistente com uma razoável eqüidade distributiva. Foi somente nos anos 90 que a neoliberalização passou a valer a pena para a Inglaterra e os Estados Unidos. Isso ocorreu em meio a um demorado período de deflação no Japão e uma estagnação relativa na Alemanha recém-unificada. É uma questão discutível, no entanto, se a recessão japonesa ocorreu como simples resultado de pressões competitivas ou foi maquinada para dobrar a espinha dorsal da economia japonesa.

Em face desses recordes minguados, senão lúgubres, por que fomos persuadidos de que a neoliberalização é uma boa solução? Além da persistente torrente de propaganda emanada dos *think-tanks* neoliberais e que se derrama sobre a mídia, há duas razões concretas para isso. Em primeiro lugar, a neoliberalização foi acompanhada de uma crescente volatilidade no interior do capitalismo global. O fato de que o 'sucesso'

tenha sido obtido em algum lugar escondia o fracasso do neoliberalismo no resto do mundo. A extrema volatilidade implicava episódios periódicos de crescimento, entremeados de intensas fases de destruição criativa, na maioria das vezes registradas como severas crises financeiras. A Argentina se abriu para o capital estrangeiro e para a privatização nos anos 90 e por vários anos foi a predileta de Wall Street, apenas para mergulhar em um desastre total quando o capital internacional se retraiu ao fim da década. O colapso financeiro e a devastação social foram rapidamente seguidos por uma duradoura crise política. As crises financeiras proliferaram em todo o mundo em desenvolvimento, e, em alguns casos como o Brasil e o México, repetidas ondas de ajuste estrutural e austeridade fiscal levaram à paralisia econômica.

Mas o neoliberalismo foi um grande sucesso do ponto de vista das classes altas. Ele restaurou o poder de classe das elites dirigentes (como no caso dos Estados Unidos e da Inglaterra) ou criou as condições para a formação da classe capitalista (como na China, Índia e Rússia, entre outros países). Mesmo países que sofreram extensivamente com a neoliberalização viram uma maciça reorganização das estruturas de classe internamente. A onda de privatização que chegou ao México com a administração de Salinas, em 1992, gerou extraordinária concentração de riquezas nas mãos de poucas pessoas (como Carlos Slim, que adquiriu o sistema telefônico estatal e tornou-se bilionário de uma hora para outra). Com a mídia dominada pelos interesses das classes superiores, pode propagar-se o mito de que as regiões que fracassaram o fizeram porque não eram bastante competitivas (estabelecendo assim o cenário para reformas ainda mais neoliberais). O aumento da desigualdade social dentro de um território seria necessário para encorajar o risco e a inovação empresariais que conferiam competitividade e motivação para o crescimento. Se as condições se deterioravam entre as classes baixas, isso ocorreria porque elas falhavam, normalmente por razões pessoais e culturais, em incrementar o seu próprio capital humano (investindo em educação, na aquisição de uma ética protestante do trabalho, na submissão à disciplina do trabalho, flexibilidade e assim por diante). Problemas específicos ocorreriam, em suma, em virtude da falta de competitividade ou de carências de pessoal, culturais e políticas. Em um mundo darwiniano, era assim que se argumentava: somente os mais aptos deveriam sobreviver. Os problemas sistêmicos eram encobertos por uma torrente de pronunciamentos ideológicos, em meio a uma plethora de crises localizadas.

Se o principal sucesso do neoliberalismo não se encontra no que tange à geração de riquezas, mas sim à sua redistribuição, foi necessário descobrir meios para transferir

ativos e redistribuir a riqueza e renda da massa da população em direção às classes altas, e dos países vulneráveis aos países mais ricos. Em outro lugar eu apresentei uma avaliação desses meios, que denominei de “acumulação por expropriação” (HARVEY, 2003, cap. 4). Designo, assim, a continuação e proliferação daquelas práticas de acumulação que Marx chamou de acumulação ‘primitiva’ ou ‘originária’, na fase de ascensão do capitalismo. Elas incluem a comoditização e a privatização da terra, e a expulsão forçada de populações camponesas (como no México e na Índia, em tempos recentes); a conversão de várias formas de direitos de propriedade (por exemplo, propriedade comum, coletiva, pública) em direitos exclusivos de propriedade privada; a supressão de direitos aos bens de uso comum; a comoditização da força de trabalho e a supressão de formas alternativas (autóctones) de produção e consumo; processos coloniais, neocoloniais e imperiais de apropriação de ativos (incluindo recursos naturais); a monetarização da troca e da arrecadação fiscal, particularmente da terra; o comércio de escravos (que continua especialmente na indústria sexual); a usura, a dívida nacional e a mais devastadora de todas, o uso do sistema de crédito como instrumento radical para a acumulação primitiva. O Estado, com o seu monopólio da violência e da definição sobre o que é legal, desempenha um papel crucial tanto em apoiar, como em promover esses processos, recorrendo freqüentemente à violência. A esta lista de mecanismos podemos acrescentar uma coleção de técnicas adicionais, como a extração de rendas por patentes e direitos de propriedade intelectual e a diminuição ou supressão de várias formas de direitos de propriedade comum (como previdência social pública, férias pagas, acesso à educação e saúde), conquistadas através de uma ou mais gerações de democráticas lutas de classes. A proposta de privatizar todos os direitos à aposentadoria (de que foi pioneiro o Chile da fase ditatorial) é um dos mais apreciados objetivos dos neoliberais nos Estados Unidos.

Enquanto nos casos da China e da Rússia seria razoável utilizar os termos ‘acumulação primitiva’ e ‘originária’ para designar os acontecimentos recentes, as práticas que restauraram o poder de classe das elites capitalistas nos Estados Unidos e em toda parte seriam mais bem descritas como um processo de acumulação em curso por meio da expropriação, que rapidamente ganha proeminência sob a égide do neoliberalismo. Destaco, nele, quatro elementos centrais.

## 1. Privatização

A corporatização, a comoditização e a privatização de ativos até agora públicos são traços marcantes do projeto neoliberal. Seu objetivo primeiro foi criar novos campos para a acumulação de capital em domínios até agora considerados fora dos limites do cálculo de lucratividade. Serviços públicos de todos os tipos (habitação popular, educação, saúde pública, previdência social), instituições públicas (como universidades, centros de pesquisa, prisões) e mesmo a guerra (a exemplo do 'exército' de empresas privadas contratadas para operar em conjunto com as forças armadas no Iraque), foram todos privatizados em algum nível, em todo o mundo capitalista. Os direitos de propriedade intelectual estabelecidos pela OMC, por meio do acordo intitulado "TRIPS", define como propriedade privada materiais genéticos, sementes e plasmas, e todas as formas de outros produtos. Pode-se então extrair rendas de populações cujas práticas desempenharam um papel crucial no desenvolvimento de materiais genéticos. A biopirataria é irrefreável e a pilhagem dos recursos genéticos mundiais avança a passos largos para beneficiar algumas poucas grandes empresas farmacêuticas. O crescente esgotamento dos bens ambientais de uso global comum (terra, ar, água) e a proliferação da degradação dos habitats, que excluem todos os modos de produção agrícola salvo aqueles de capital intensivo, resultaram igualmente da comoditização indiscriminada da natureza em todas as suas formas. A comoditização (por meio do turismo) de formas culturais, históricas, bem como da criatividade intelectual, implica expropriações indiscriminadas (a indústria musical é famosa por apropriar-se e explorar a cultura e a criatividade dos movimentos sociais de base). Como no passado, o poder do Estado é freqüentemente usado para impor esses processos, mesmo contra a vontade popular. A desmontagem do marco regulatório destinado a proteger o trabalho e o meio ambiente da degradação trouxe consigo a perda de direitos. A reversão dos direitos de propriedade sobre bens comuns, conquistados ao longo de anos de dura luta de classes (o direito à aposentadoria, ao bem-estar social, a um sistema de saúde pública) para o domínio privado constituiu uma das mais importantes políticas de expropriação adotadas em nome da ortodoxia neoliberal. Todos esses processos conduziram à transferência desses bens do domínio público e popular para aquele privado e das classes privilegiadas. A privatização, como argumenta Arundhati Roy em relação ao caso indiano, compreende

a transferência dos haveres públicos produtivos do Estado para as companhias privadas. Haveres produtivos incluem os recursos naturais: terra, florestas, água e ar. Estes são os bens que o Estado tutela em nome do povo a quem ele representa ... Arrebatá-los e vendê-los às companhias privadas como bens de capital é um processo de expropriação privada numa escala sem paralelo na história. (ROY, 2001)

## 2. Financialização

A forte onda de financialização posta em marcha após 1980 caracterizou-se por seu estilo especulativo e predatório. O giro diário total das transações financeiras nos mercados internacionais, que se mantinha em torno de 2,3 bilhões de dólares em 1983, alcançou 130 bilhões em 2001. Os 40 trilhões de dólares de giro anual em 2001 devem ser comparados aos estimados 800 bilhões de dólares que seriam necessários para sustentar o comércio mundial e os fluxos de investimentos produtivos (DICKEN, cap. 13). A desregulamentação permitiu ao sistema financeiro tornar-se um dos principais centros de atividade redistributiva por meio de especulação, predação, fraude e gatunagem. Liquidação de ações, esquemas Ponzi, destruição estruturada de ativos por meio de inflação, desmembramento de ativos por meio de fusões e aquisições, a elevação de dívidas públicas a ponto de reduzir populações inteiras (mesmo de países capitalistas avançados) à servidão por dívidas, para não mencionar as fraudes empresariais, a desapropriação dos bens (o ataque aos fundos de pensão e sua liquidação graças à desvalorização de ações e quebra de empresas) por meio de manipulação de crédito e de ações – todos esses mecanismos se tornaram marcas centrais do sistema capitalista financeiro. A ênfase no mercado acionário que surge ao reunir os juros dos proprietários e gerentes de capital com a remuneração desses últimos por meio de opções de mercado, conduziu, como sabemos agora, a manipulações no mercado que trouxeram enorme riqueza para poucos, às expensas de muitos. O espetacular colapso da Enron foi emblemático do processo geral que roubou a muitos o seu sustento e os seus direitos à aposentadoria. Além disso, precisamos considerar o ataque especulativo conduzido pelos fundos de *hedge* e outras grandes instituições do capital financeiro, uma vez que eles constituem pontas-de-lança da acumulação por expropriação no cenário mundial, mesmo quando supostamente eles trouxeram o benefício positivo, para a classe capitalista, de pulverizar os riscos.

### 3. O manejo e a manipulação das crises

Por trás da superfície especulativa e freqüentemente fraudulenta que caracteriza muito da manipulação financeira neoliberal, encontra-se um processo mais profundo que implica o acionamento da 'armadilha da dívida' como um meio primordial de acumulação por expropriação. A criação, manejo e manipulação de crises no cenário mundial tornou-se uma fina arte de redistribuição deliberada de riqueza dos países pobres para os ricos. Ao subitamente elevar as taxas de juros em 1979, Volcker subiu a proporção de lucros externos que países emprestadores teriam de acrescentar aos pagamentos de juros das suas dívidas. Levados à bancarrota, países como o México tiveram de concordar com um ajuste estrutural. Ao mesmo tempo em que alardeavam o seu papel de grande líder, organizando perdões de dívidas de modo a manter estável e em andamento a acumulação de capital global, os Estados Unidos podiam também abrir o caminho para a pilhagem da economia mexicana, ao estender o seu poderio financeiro sobre aquele país, no contexto de uma crise local. E foi nisso que o complexo formado por 'Tesouro dos EUA'/Wall Street'/FMI' tornou-se perito, por todo o mundo. Greenspan, no Federal Reserve, utilizou-se diversas vezes da mesma tática nos anos 90. As crises da dívida em diversos países, raras durante a década de 1960, tornaram-se muito freqüentes durante os anos 80 e 90. Dificilmente algum país em desenvolvimento pode permanecer imune, e em alguns casos, como na América Latina, tais crises eram freqüentes o suficiente para serem consideradas endêmicas. Essas crises da dívida eram orquestradas, gerenciadas e controladas tanto para racionalizar o sistema, quanto para redistribuir os ativos, durante os anos 80 e 90. Wade e Veneroso (1998, p.3-23) capturaram a essência do processo quando escreveram sobre a crise asiática de 1997-1998 (provocada inicialmente pela operação de fundos de *hedge* baseados nos Estados Unidos):

Crises financeiras sempre geraram transferências de propriedade e poder para aqueles que mantêm seus próprios ativos intactos, e que estão em condição de gerar crédito, e a crise da Ásia não é uma exceção ... Não há dúvida de que sejam as empresas ocidentais e japonesas as grandes vencedoras ... A combinação de desvalorizações maciças, liberalização financeira empurrada pelo FMI e recuperação facilitada pelo FMI pode precipitar a maior transferência em tempos de paz, dos últimos 50 anos, de

ativos de proprietários nacionais para o exterior, tornando modestas as transferências de proprietários nacionais para norte-americanos na América Latina nos anos 80, ou no México, depois de 1994. Lembremos a afirmação atribuída a Andrew Mellon: “Numa depressão, os ativos retornam aos seus verdadeiros donos”.

É correta a analogia com a criação deliberada de uma reserva de excedente de trabalho de baixos salários, útil para uma acumulação posterior. Ativos valiosos deixam de ser utilizados e desvalorizam-se. Permanecem abandonados e amortecidos até que capitalistas com liquidez decidem tomá-los e infundir-lhes novo ânimo. O perigo, contudo, é que as crises possam escapar do controle e se tornem generalizadas, ou que elas provoquem revoltas contra o sistema que as gera. Uma das principais funções das intervenções estatais e das instituições internacionais é a de orquestrar crises e desvalorizações de modo a permitir que ocorra a acumulação por expropriação, sem provocar um colapso geral ou uma revolta popular. O programa de ajuste estrutural administrado pelo complexo Wall Street/Tesouro/FMI cuida da primeira parte, enquanto é o papel do aparelho do Estado comprador neoliberal (apoiado pela assistência militar dos poderes imperiais), no país que foi atacado, garantir que o segundo evento não ocorra. Contudo, os sinais de revolta popular logo começaram a emergir, primeiro com o levante zapatista no México em 1994, e mais tarde com o descontentamento generalizado que emerge com o movimento antiglobalização que irrompeu na revolta de Seattle.

#### **4. Redistribuições do Estado**

Uma vez transformado em um conjunto neoliberal de instituições, o Estado torna-se um agente primordial de políticas redistributivas, revertendo a direção dos fluxos das classes altas para as baixas, que era o que ocorria durante a era da hegemonia social-democrática. Ele o faz principalmente por meio da busca dos esquemas de privatização e cortes nos gastos públicos que sustentam a renda social. Mesmo quando a privatização parece benéfica para as classes mais baixas, os seus efeitos de longo prazo podem ser negativos. À primeira vista, por exemplo, o programa de Thatcher para privatização da habitação popular na Inglaterra pareceu um presente para as classes baixas, que finalmente podiam passar do aluguel para a propriedade por um custo módico, ganhando controle sobre um ativo valioso e aumentando a sua riqueza. Mas, uma vez concluída a

transferência, a especulação imobiliária tomou conta, particularmente das localidades centrais, finalmente subornando ou expulsando as populações de baixa renda para a periferia em cidades como Londres, e transformando antigas áreas de moradia operária em centros de intensa urbanização. A perda de moradias baratas nas áreas centrais gerou muitos desabrigados e significou longos percursos para aqueles que tinham empregos mal pagos. A privatização dos *ejidos* no México, que constituiu um componente central do pacote do programa neoliberal durante os anos 90, teve resultados semelhantes para o destino dos camponeses mexicanos, levando muitos moradores do campo a irem para as cidades, em busca de emprego. O Estado chinês adotou uma série completa de medidas draconianas, por meio das quais os bens foram distribuídos entre uma elite reduzida, em detrimento da massa da população.

O Estado neoliberal consegue redistribuições graças a vários outros meios, como as revisões no sistema tributário, de modo a beneficiar os retornos de investimento em vez dos salários e ordenados, promover elementos regressivos no sistema tributário (como impostos sobre valor adicionado), reduzir gastos estatais públicos, promover o livre acesso a todos por meio do uso de taxas (exemplo, a educação superior), e prover um vasto conjunto de subsídios e cortes de taxas para as corporações. Os programas de bem-estar empresarial agora existentes nos Estados Unidos em nível federal, estadual e local conduzem a um vasto redirecionamento do dinheiro público em benefício das empresas (diretamente, como no caso de subsídios para o agronegócio e, indiretamente, no caso do setor militar-industrial), quase da mesma forma como a dedução das taxas de juros das hipotecas nos Estados Unidos operam como um maciço subsídio para os proprietários das classes altas e para a indústria de construção civil. O crescimento da vigilância e do policiamento e, no caso dos Estados Unidos, do encarceramento dos indivíduos recalcitrantes da população, indica um papel mais sinistro para um controle social mais intenso. Nos países em desenvolvimento, onde a oposição ao neoliberalismo e à acumulação por expropriação pode ser mais forte, o papel do Estado neoliberal rapidamente assume a função de repressão ativa, chegando ao ponto de travar uma guerra de baixo perfil contra os movimentos oposicionistas (muitos dos quais podem agora ser convenientemente designados de ‘terroristas’, de modo a obter apoio e ajuda militar dos Estados Unidos), como os zapatistas no México ou o movimento de camponeses sem terra (MST) no Brasil.

Efetivamente, como relata Roy,

a economia rural indiana, que sustenta 700 milhões de pessoas, está sendo estrangulada. Os camponeses que produzem muito estão arruinados, os que produzem pouco também, e trabalhadores agrícolas sem terra estão desempregados, porque as grandes propriedades e fazendas estão despedindo seus empregados. Eles estão rumando em bandos para as cidades, em busca de emprego. (ROY, 2001)

Na China, estima-se que ao menos meio bilhão de pessoas terão de ser absorvidas pela urbanização nos próximos dez anos, caso se queira evitar o caos e a revolta. Não está claro o que elas poderão fazer nas cidades, embora, como vimos, os vastos planos de infra-estrutura física atualmente em andamento devam absorver, em alguma medida, o excesso de mão-de-obra liberado pela acumulação primitiva.

As táticas redistributivas do neoliberalismo são de amplo espectro, sofisticadas, freqüentemente disfarçadas por meio de malabarismos intelectuais, porém devastadoras para a dignidade e o bem-estar social de populações e regiões vulneráveis. A maré de destruição criativa com que a neoliberalização varreu toda paisagem capitalista não tem paralelo na história desse sistema. É compreensível, portanto, que ela tenha gerado resistência e a busca de alternativas viáveis.

## ALTERNATIVAS

O neoliberalismo gerou um leque de movimentos alternativos dentro e fora de seu perímetro. Muitos desses movimentos são radicalmente diferentes dos movimentos trabalhistas, que dominaram antes de 1980. Digo ‘muitos’, mas não ‘todos’. Os movimentos trabalhistas de modo algum estão mortos, mesmo nos países capitalistas avançados, onde eles foram muito debilitados pelo massacre neoliberal do qual são vítimas. Na Coréia do Sul e na África do Sul surgiram vigorosos movimentos trabalhistas durante os anos 80, e em muitos países da América Latina partidos trabalhistas estão florescendo, se é que não estão no poder. Na Indonésia, um partido trabalhista respeitado, de grande potencial, está lutando para conquistar o seu espaço político. Na China, o potencial para a agitação trabalhista é imenso, embora imprevisível. Finalmente, não está claro se a massa da classe trabalhadora nos Estados Unidos, que na última geração votou consistentemente contra os seus próprios interesses materiais por razões

de nacionalismo cultural, religião e oposição a múltiplos movimentos sociais, continuará para sempre prisioneira dessa política, resultante desse tipo de maquinações tanto da parte dos republicanos, quanto dos democratas. Dada a volatilidade, não há razão para excluir a ressurgência de uma atividade política trabalhista, com uma forte agenda antiliberal nos próximos anos.

Contudo, as lutas contra a acumulação por expropriação estão fomentando linhas bastante distintas de conflito social e político. Em parte graças às condições distintas que dão origem a tais movimentos, suas orientações políticas e seu modo de organização divergem notavelmente daqueles próprios da política social-democrata. A rebelião zapatista, por exemplo, não busca tomar o poder do Estado ou realizar uma revolução política. Pelo contrário, busca uma política mais inclusiva, percorrendo a sociedade civil como um todo, numa busca mais aberta e fluida de alternativas que responderiam às necessidades específicas dos diferentes grupos sociais, permitindo-lhes melhorar a sua sorte. Do ponto de vista organizacional, o movimento zapatista tende a evitar o vanguardismo e recusou-se a assumir a forma de um partido político. Preferiu permanecer como um movimento social dentro do Estado, buscando formar um bloco de poder político, no qual as culturas indígenas teriam um papel central, e não periférico. Assim, tratou de realizar algo semelhante a uma revolução passiva dentro da lógica territorial do poder estatal.

O resultado de todos esses movimentos foi o deslocamento da articulação política dos partidos políticos tradicionais e de organizações trabalhistas para uma dinâmica política mais descentralizada de ações sociais, abarcando todo o espectro da sociedade civil. Mas o que ela perdeu em foco, ganhou em relevância. Ela extrai força da sua aderência à concretude da vida e da luta cotidiana, mas ao fazê-lo freqüentemente tem dificuldade em distanciar-se do local e do particular, para entender o que foi e o que é a macro-política da acumulação neoliberal por expropriação. A diversidade de tais lutas foi e é espantosa. E é mesmo difícil imaginar as conexões que existem entre elas. Elas foram e são parte de uma mescla volátil de movimentos de protesto que varreram o mundo e foram crescentemente conquistando os noticiários durante e após os anos 80 (WIGNARAJA, 1993; BRECHER et al., 2000; GILLS, 2001; BELLO, 2002; MERTES, 2004). Às vezes, esses movimentos e revoltas são esmagados com violência feroz, quase sempre pelo poder estatal agindo em nome da “ordem e da estabilidade”. Por todo lado, elas produziram violência interétnica e guerra civil, pois a acumulação por expropriação fomenta intensas rivalidades sociais e políticas, em um mundo dominado pela tática das

forças capitalistas de dividir para reinar. Estados clientes, apoiados militarmente ou, em alguns casos, dispendo de forças especiais treinadas pelos grandes aparatos militares (liderados pelos Estados Unidos e pela Inglaterra, com a França desempenhando um papel secundário), assumem o papel em um sistema de aniquilação e repressão, de combater duramente movimentos ativistas que confrontam a acumulação por expropriação.

Os movimentos enquanto tal produziram um grande número de idéias referentes a alternativas. Alguns tratam de se desvincular parcial ou inteiramente dos desproporcionais poderes do neoliberalismo e do neoconservadorismo. Outros buscam justiça social global e ambiental pela reforma e dissolução de poderosas instituições como o FMI, a OMC e o Banco Mundial. Outros ainda enfatizam o tema da ‘recuperação dos bens comuns’, apontando com isso forte continuidade com as lutas de antigamente, bem como com as lutas originadas da amarga história do colonialismo e do imperialismo. Alguns imaginam uma multidão em movimento, ou um movimento dentro da sociedade civil global para confrontar os poderes dispersos e descentralizados da ordem neoliberal, enquanto outros, mais modestamente, cuidam de experimentos locais com novos sistemas de produção e consumo, animados por modalidades completamente diferentes de relações sociais e práticas ecológicas. Há ainda aqueles que depositam sua fé em estruturas partidárias, politicamente mais convencionais, com o objetivo de conquistar o poder do Estado como etapa necessária para a reforma global da ordem econômica. Muitas dessas diversas correntes reúnem-se no Fórum Social Mundial, numa tentativa de definir o que têm em comum e construir um poder organizacional capaz de confrontar as muitas variantes do neoliberalismo e do neoconservadorismo. Aí há muito a admirar e em que se inspirar.

Mas que tipo de conclusões podemos extrair do tipo de análise que levamos a cabo aqui? Começando pela história inteira da acomodação social-democrata e a subsequente virada para o liberalismo, vê-se o papel crucial desempenhado pela luta de classes em reprimir ou restaurar o poder de classes. Embora bem disfarçada, nós convivemos com a completa criação de uma sofisticada luta de classes por parte dos estratos superiores na sociedade para restaurar ou, como na China e Rússia, para construir um poder de classe incontestável. Tudo isso ocorreu em décadas nas quais muitas pessoas progressistas estavam teoricamente convencidas de que ‘classe’ havia se tornado uma categoria sem sentido, e quando se encontravam sob feroz ataque aquelas instituições por meio das quais a luta de classes se travava até então, em nome das classes trabalhadoras. A primeira lição que precisamos aprender, portanto, é que quando

algo se parece com a luta de classes e atua como luta de classes, deveríamos nomeá-lo pelo que é. A massa da população deve resignar-se à trajetória histórica e geográfica que lhe for definida por esse poder de classe incontestável, ou responder a ele em termos de classe.

Colocar as coisas nesses termos não é cair na nostalgia de alguma idade do ouro passada, marcada pela mobilização do proletariado. Nem deveria significar, necessariamente (se é que em algum momento significou) que exista alguma noção simples de proletariado, à qual deveríamos apelar como o principal agente (muito menos exclusivo) da transformação histórica. Não há nenhum terreno proletário da fantasia marxista utópica no qual possamos nos refugiar. Apontar a necessidade e a inevitabilidade da luta de classes não quer dizer que o modo como as classes se constituem esteja determinado, ou possa ser determinado previamente. Os movimentos de classes se autoconstituem, embora não sob as condições de sua livre escolha, e a análise mostra que essas condições hoje se bifurcam em movimentos em torno da reprodução ampliada, na qual a exploração do trabalho assalariado e as condições definidoras da remuneração social são os assuntos centrais, e movimentos em torno da acumulação por expropriação. Seus focos de resistência, neste caso, vão desde as formas clássicas de acumulação primitiva, passando pelas práticas destrutivas de culturas, histórias e meio ambientes, até as depredações forjadas pelas formas contemporâneas do capital financeiro.

É uma tarefa urgente, teórica e prática, encontrar a conexão orgânica entre esses diferentes movimentos de classe, mas a análise também mostra que isso ocorre dentro de uma trajetória histórico-geográfica de acumulação do capital, que se baseia na crescente conectividade através do espaço e tempo, caracterizada por desenvolvimentos geográficos profundamente desiguais. Essa desigualdade deve ser entendida como algo produzido ativamente, e sustentada por processos de acumulação de capital, por mais importantes que possam ser os sinais residuais de configurações passadas, presentes na paisagem cultural e no mundo social.

Porém, a análise também aponta para contradições exploráveis dentro da agenda neoliberal. A lacuna entre a retórica (em benefício de todos) e a realidade (em benefício de uma pequena classe dirigente) se amplia no espaço e no tempo, e os movimentos sociais exploraram bastante a questão. A idéia de que o mercado tem a ver com a competição e a isonomia vem sendo crescentemente negada pela realidade da extraordinária monopolização, centralização e internacionalização das corporações e do

poder financeiro. O crescimento alarmante das desigualdades entre classes e entre regiões, tanto internamente aos países (como na China, Rússia, Índia, México e África do Sul), quanto internacionalmente, constitui um sério problema político que não pode continuar a ser varrido para debaixo do tapete, como se fosse problema de uma ‘transição’, a caminho de um mundo neoliberal perfeito. A ênfase neoliberal nos direitos individuais e o crescente uso autoritário da força do Estado para apoiar o sistema tornam-se um estopim de conflitos. Quanto mais se reconhece o neoliberalismo como um projeto falido ou até como um falso projeto utópico, a disfarçar uma tentativa bem sucedida de restauração do poder de classe, mais se criam as condições para a ressurgência de movimentos de massa defendendo demandas políticas igualitárias, buscando a justiça econômica, o comércio justo e uma maior segurança econômica e democratização.

Mas é a natureza profundamente antidemocrática do neoliberalismo que certamente deveria ser o foco principal da luta política. Instituições de enorme poder como o Federal Reserve escapam a qualquer controle democrático. Internacionalmente, não apenas a falta de controle democrático, mas da mais elementar prestação de contas sobre instituições como o FMI, a OMC e o Banco Mundial, para não falar do esmagador poder privado das instituições financeiras, ridiculariza toda preocupação séria com a democracia. Resgatar as reivindicações de governança democrática e de igualdade econômica, política e cultural, bem como de justiça, não significa sugerir um retorno a um passado dourado, uma vez que os significados de cada uma dessas instâncias têm de ser reinventados para lidar com as condições e potencialidades contemporâneas. O significado de democracia para os antigos atenienses tem muito pouco a ver com o significado que lhe damos hoje em circunstâncias tão diversas como em São Paulo, Joanesburgo, Xangai, Manila, São Francisco, Leeds, Estocolmo ou Lagos. Entretanto, pelo mundo inteiro, na China, no Brasil, na Argentina, em Taiwan ou na Coréia, bem como na África do Sul, no Irã, na Índia e no Egito, nas batalhadoras nações da Europa Oriental, bem como no coração do capitalismo contemporâneo, há grupos e movimentos sociais em ação, lutando por reformas, expressando diversas versões desses valores democráticos. Esse é apenas um dos aspectos centrais de muitas das lutas que estão surgindo agora. Quanto mais claramente os movimentos de oposição reconheçam, contudo, que seu objetivo central deve ser confrontar o poder de classe que foi tão eficazmente restaurado sob a neoliberalização, tanto maior será a coesão entre eles. Arrancar a máscara neoliberal e denunciar a sua retórica sedutora, usada tão eficazmente para justificar e legitimar a restauração daquele poder, é um importante papel a ser

desempenhado nessa luta. Os neoliberais precisaram de muitos anos para programar e realizar a sua marcha vitoriosa através das instituições do capitalismo contemporâneo. Não podemos esperar uma luta menos dura para abrir caminho em outra direção.

## NOTAS

\* Originalmente publicado em inglês no periódico *Geografiska Annaler*, Sweden, Series B, Human Geography, v.88 B, n.2, 2006, p.145-58. Agradecemos especialmente aos editores Eric Clark e Jørgen Ole Bærenholdt pela liberação dos direitos de divulgação para a revista INTERFACEHS. Esta publicação está de acordo com a política de liberação de direitos autorais da Blackwell Publishing. Traduzido por Marijane Vieira Lisboa.

<sup>1</sup> Ver [www.montpelerin.org/aboutmps.html](http://www.montpelerin.org/aboutmps.html).

<sup>2</sup> Bush, G. W. "Garantindo o Triunfo da Liberdade", *New York Times*, 11 set. 2002, p.A33. O texto "A Estratégia Nacional de Segurança dos Estados Unidos da América" está disponível em: [www.whitehouse.gov/nsc/nss](http://www.whitehouse.gov/nsc/nss). Ver também Bush, G. W. "O presidente fala à nação em conferência de imprensa matutina", 13 abr. 2004, disponível em [www.whitehouse.gov/news/releases/2004/0420040413-20.html](http://www.whitehouse.gov/news/releases/2004/0420040413-20.html).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALCALY, R.; MERMELSTEIN, D. *The fiscal crisis of American cities*. New York: Vintage, 1977.
- ARMSTRONG, P.; GLYNN, A.; HARRISON, J. *Capitalism since World War II: the making and breaking of the Long Boom*. Oxford: Blackwell, 1991.
- BELLO, W. *Deglobalization: ideas for a New World Economy*. London: Zed Books, 2002.
- BRECHER, J.; COSTELLO, T.; SMITH, B. *Globalization from below: the power of solidarity*. Cambridge (MA): South End Press, 2000.
- COURT, J. *Corporateering: how corporate power steals your personal freedom*. New York: Tarcher Putnam, 2003.
- CRAMPTON, T. Iraqi official urges caution on imposing free market. *New York Times*, 14 Oct. 2003, p.C5.
- DICKEN, P. *Global shift: reshaping the global economic map in the 21st century*. (4.ed.) New York: Guilford Press, 2003.
- DUMENIL, G.; LEVY, D. *Neo-liberal dynamics: a new phase?* 2004. (Unpublished)

- EDSALL, T. *The new politics of inequality*. New York: Norton, 1984.
- FRANK, T. *What's the matter with Kansas: how conservatives won the heart of America*. New York: Metropolitan Books, 2004.
- GILLS, B. (Ed.) *Globalization and the politics of resistance*. New York: Palgrave, 2001.
- HARVEY, D. *The new imperialism*. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- JUHASZ, A. Ambitions of empire: the Bush Administration economic plan for Iraq (and beyond). *Left Turn Magazine*, v.12, Feb.-Mar., 2004.
- MERTES, T. (Ed.) *A movement of movements*. London: Verso, 2004.
- ROY, A. *Power politics*. Cambridge (MA): South End Press, 2001.
- STIGLITZ, J. *Globalization and its discontents*. New York: Norton, 2002.
- TABB, W. *The long default: New York City and the urban fiscal crisis*. New York: Monthly Review Press, 1982.
- TASK FORCE ON INEQUALITY AND AMERICAN DEMOCRACY. *American Democracy in an Age of Rising Inequality*. American Political Science Association, 2004.
- VALDEZ, J. *Pinochet's economists: the Chicago School in Chile*. New York: Cambridge University Press, 1995.
- WADE, R.; VENEROSO, F. The Asian crisis: the high debt model versus the Wall Street-Treasury-IMF complex. *New Left Review*, v.228, p.3-23, 1998.
- WIGNARAJA, P. (Ed.) *New social movements in the south: empowering the people*. London: Zed Books, 1993.
- WILLIAMS, R. *Culture and society, 1780-1850*. London: Chatto & Windus, 1958.
- WORLD COMMISSION (ON THE SOCIAL DIMENSION OF GLOBALIZATION). *A fair globalization: creating opportunities for all*. Geneva: International Labor Office, 2004.
- YERGIN, D.; STANISLAW, J. *The commanding heights: the battle between government and market place that is remaking the modern world*. New York: Simon & Schuster, 1999.